



Exame de Ordem 2007.1

Aplicação: 15/4/2007

Prova Objetiva (P_1)

Caderno B

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira atentamente se o tipo de caderno — Caderno B — coincide com o que está registrado em sua folha de respostas. Em seguida, verifique se ele contém cem questões, correspondentes à prova objetiva, corretamente ordenadas de 1 a 100.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase de Mahatma Gandhi:

*Se o homem apenas percebesse que é desumano obedecer leis que
são injustas, a tirania de nenhum homem o escravizaria.*

- 3 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 4 Não utilize lápis, lapiseira, borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 5 Não se comunique com outros examinandos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 A duração da prova é de **cinco horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, uma hora após o início da prova e poderá levar o seu caderno de prova somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término da prova.
- 8 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de prova.
- 9 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação da sua prova.
- 10 Nenhuma folha deste caderno pode ser destacada.

AGENDA (DATAS PROVÁVEIS)

- I **16/4/2007**, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva: Internet — www.cespe.unb.br/concursos/oab2007_1.
- II **2, 3 e 4/5/2007** – Recursos (prova objetiva): conforme estabelecido no Edital do Exame de Ordem 2007.1.
- III **30/5/2007**, após as 19 h (horário de Brasília) – Resultado final da prova objetiva e convocação para a prova prático-profissional: Internet — www.cespe.unb.br/concursos/oab2007_1.
- IV **3/6/2007** – Aplicação da prova prático-profissional.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 5 do Edital do Exame de Ordem 2007.1.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br/concursos/oab2007_1.
 - É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

Nas questões de 1 a 100, marque, em cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova.

PROVA OBJETIVA (P₁)

QUESTÃO 1

Em 5/2/2007, José Silva, advogado, notificou pessoalmente seu cliente da renúncia ao mandato outorgado nos autos de ação cível, pelo rito ordinário, ajuizada pela União. O Diário de Justiça de 8/2/2007 publicou a intimação para que as partes especificassem provas que desejavam produzir.

Considerando a situação hipotética acima e o que dispõe o Estatuto da Advocacia, assinale a opção correta.

- A O cliente pode se dirigir diretamente ao juiz e informar as provas que pretende produzir, juntando aos autos a notificação de renúncia de seu advogado.
- B José Silva deverá apresentar petição de especificação de provas na hipótese de seu cliente não ter constituído novo advogado nos autos.
- C José Silva deverá comunicar ao seu cliente da publicação da intimação para que ele providencie outro advogado para cumpri-la.
- D O juiz deve reabrir o prazo para especificação de provas porque uma das partes estava sem advogado nos autos.

QUESTÃO 2

Com relação ao entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) quanto ao Estatuto da Advocacia, assinale a opção correta.

- A É prescindível a presença de representante da OAB quando um advogado é preso por motivo ligado ao exercício da advocacia, bem assim, nos casos de crime comum, a comunicação à OAB.
- B É direito do advogado não ser recolhido preso, antes de sentença transitada em julgado, senão em sala de Estado Maior, com instalações e comodidades condignas, assim reconhecidas pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e, na falta dessas, ser aplicada prisão domiciliar.
- C É direito do advogado sustentar oralmente, após o voto do relator, em julgamentos de recursos nos tribunais superiores, pelo prazo de até 15 minutos.
- D É direito do advogado ter respeitada a inviolabilidade de seu escritório ou local de trabalho, de seus arquivos e dados e sua correspondência e de suas comunicações, salvo caso de busca e apreensão determinada por magistrado e acompanhada de representante da OAB.

QUESTÃO 3

Acerca de incompatibilidades, impedimentos e sanções disciplinares aplicáveis aos advogados, assinale opção correta de acordo com o Estatuto da Advocacia.

- A O presidente de assembléia legislativa não está impedido de exercer a advocacia.
- B A violação a preceito do Código de Ética e Disciplina da OAB (CED-OAB) é punível com a suspensão do exercício profissional por até 30 dias.
- C O defensor público geral estadual que atuar na advocacia privada em patrocínio dos interesses de um sindicato patronal poderá, em razão dessa conduta, ser punido na OAB com a pena de censura.
- D Os oficiais do Exército podem exercer a advocacia em causas que não envolvam a União.

QUESTÃO 4

No que se refere à organização da OAB, assinale a opção correta.

- A O presidente do instituto dos advogados estadual é membro honorário e tem direito a voz e voto nas reuniões da seccional, pois o instituto é órgão da OAB.
- B As caixas de assistência dos advogados têm por objetivo organizar os seguros de saúde dos inscritos na OAB e seus familiares, mas não podem promover sua seguridade social complementar.
- C A área da subseção do conselho seccional limita-se à do município em que estiver situada.
- D O presidente do Conselho Federal não precisa ser conselheiro federal eleito.

QUESTÃO 5

Com relação aos honorários advocatícios, assinale a opção correta de acordo com o Estatuto da Advocacia e o entendimento do STF.

- A A contratação de advogado implica necessariamente o pagamento de um terço do valor dos honorários no início do contrato.
- B Os honorários sucumbenciais pertencem ao advogado, salvo se, por expressa disposição contratual, estiver acordado que serão entregues ao cliente.
- C Os honorários sucumbenciais têm natureza jurídica de alimentos.
- D Em razão do caráter personalíssimo do contrato de serviços de advocacia, não são transmissíveis aos sucessores de um advogado falecido os honorários de sucumbência proporcionais ao trabalho realizado em vida pelo advogado.

QUESTÃO 6

Com relação aos direitos dos advogados, assinale a opção correta de acordo com o Estatuto dos Advogados e a interpretação do STF.

- A** O advogado somente pode postular em juízo mediante a apresentação de procuração outorgada pelo cliente.
- B** A imunidade profissional do advogado pelas manifestações em juízo não alcança o crime de calúnia.
- C** O advogado não pode recusar-se a depor como testemunha em processo em que tenha atuado, na medida em que ele sempre presta serviço público e exerce função social na administração da justiça.
- D** É facultada aos advogados a consulta de autos de processos findos em cartório, mas a retirada para a extração de cópias ou estudo no escritório é condicionada à existência de procuração para o advogado que for retirá-los.

QUESTÃO 7

No tocante às sociedades de advogados, assinale a opção correta.

- A** É vedado às juntas comerciais o registro de sociedade que inclua a atividade de advocacia entre suas finalidades.
- B** É vedada a permanência de nome de sócio falecido na razão social da sociedade de advogados.
- C** É possível que um advogado pertença a mais de uma sociedade de advogados registradas em uma mesma seccional, desde que os respectivos escritórios não patrocinem clientes de interesses opostos.
- D** O CED-OAB não se aplica às sociedades de advogados porque o direito brasileiro não admite a responsabilização penal da pessoa jurídica.

QUESTÃO 8

O advogado Júlio César anunciou seus serviços profissionais em *outdoors* na cidade em que exercia suas atividades. Ao lado de sua fotografia de paletó e gravata, eram apresentados seu nome, inscrição na OAB, o endereço do escritório, os nomes de alguns de seus clientes mais famosos na localidade e as frases: A pessoa certa para resolver seus problemas judiciais. A garantia da vitória ou seu dinheiro de volta. Aqui o cliente é quem manda.

Com base no CED-OAB, assinale a opção correta a propósito da situação hipotética acima.

- A** O anúncio em *outdoors* é tipificado como imoderado e vedado pelo CED-OAB.
- B** É possível o anúncio dos serviços profissionais de advogados em *outdoors*, desde que o advogado o faça com discrição quanto ao conteúdo e a forma.
- C** Não há problema na mera divulgação dos nomes dos clientes na publicidade de Júlio César, já que esta é uma forma de atrair pessoas com os mesmos tipos de problemas jurídicos.
- D** A seccional da OAB em que está inscrito Júlio César poderá abrir processo disciplinar contra ele, desde que haja representação de um de seus clientes arrolados no anúncio.

QUESTÃO 9

Em relação ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, assinale a opção correta.

- A** O voto nas deliberações do Conselho Federal é tomado por cada delegação estadual.
- B** O Conselho Federal é o órgão competente para autorizar a instalação de cursos jurídicos no Brasil, inclusive promovendo a recomendação das instituições com melhor aproveitamento nos exames de ordem.
- C** Compete ao Conselho Federal elaborar a lista sêxtupla para indicação dos advogados que concorrerão à vaga de desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios porque é a União que organiza e mantém o Poder Judiciário daquela unidade da Federação.
- D** O presidente do Conselho Federal tem direito apenas a voz nas deliberações do conselho.

QUESTÃO 10

Em relação à inscrição dos advogados na OAB, assinale a opção correta de acordo com o Estatuto da Advocacia.

- A** A aprovação em concurso de procurador de município autoriza a obtenção da inscrição como advogado sem que o interessado se submeta ao exame da ordem.
- B** Para a inscrição como advogado, é necessário ser brasileiro nato.
- C** Além da inscrição principal, o advogado deve promover a inscrição suplementar nos conselhos seccionais em cujos territórios tenha atuação em mais de 5 feitos judiciais por ano.
- D** O exercício em caráter definitivo de atividade incompatível com a advocacia no ano de 2002 implicará o licenciamento do profissional, restaurando-se o número da inscrição anterior após a cessação da incompatibilidade.

QUESTÃO 11

Acerca da teoria geral da Constituição Federal, assinale a opção correta.

- A** O valor social do trabalho e da livre iniciativa é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.
- B** O constitucionalismo, que pode ser conceituado como o movimento político-social que pretende limitar o poder e estabelecer o rol de direitos e garantias fundamentais, está diretamente relacionado com a ideologia socialista do início da primeira metade do século XX.
- C** O poder constituinte derivado decorrente é caracterizado essencialmente pela sua ausência de vinculação a qualquer regra anterior, pela sua autonomia e pela sua incondicionalidade.
- D** O poder de reforma está limitado às chamadas cláusulas pétreas, entre as quais se inclui a proibição de mudança do voto majoritário ou proporcional pelo voto distrital misto.

QUESTÃO 12

A respeito dos direitos e das garantias fundamentais, assinale a opção correta.

- Ⓐ A casa é o asilo inviolável, nela não se pode penetrar, salvo na hipótese de flagrante delito ou para prestar socorro, durante o dia, ou por ordem judicial.
- Ⓑ No que se refere à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas, a Constituição Federal assegurou a preferência pelo modelo de reparação em detrimento da prevenção ao dano.
- Ⓒ Os direitos e garantias fundamentais, criados como direitos negativos, impedem o poder público, mas não a esfera privada, de violar o espaço mínimo de liberdades assegurado pela Constituição Federal.
- Ⓓ De acordo com a doutrina majoritária, os direitos de segunda geração, ou direitos sociais, não constituem simples normas de natureza dirigente, sendo verdadeiros direitos subjetivos que impõem ao Estado um *facere*.

QUESTÃO 13

No que concerne à hermenêutica e à aplicação das normas constitucionais, assinale a opção correta.

- Ⓐ A norma constitucional que preceitua como objetivos da República Federativa do Brasil erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais é enquadrada como norma constitucional de eficácia plena.
- Ⓑ Denomina-se mutação constitucional o processo formal de alteração da Constituição por meio das técnicas de revisão e reforma constitucional.
- Ⓒ Quando uma norma infraconstitucional contar com mais de uma interpretação possível, uma, no mínimo, pela constitucionalidade e outra ou outras pela inconstitucionalidade, adota-se a técnica da interpretação conforme para, sem redução do texto, escolher aquela ou aquelas que melhor se conforme(m) à Constituição, afastando-se, conseqüentemente, as demais.
- Ⓓ Ao contrário da norma de eficácia plena, a norma constitucional de eficácia contida é aquela que já contém todos os elementos necessários para a sua aplicação imediata, não admitindo qualquer normatividade ulterior, seja para aumentar a sua eficácia, seja para restringi-la.

QUESTÃO 14

Acerca da organização do Estado, na forma como prevista na Constituição Federal, assinale a opção correta.

- Ⓐ No âmbito da competência concorrente, a ausência de norma estadual possibilita ao município dispor sobre a matéria de forma supletiva. O advento de norma estadual suspende a execução da norma municipal com ela incompatível, de forma que, revogada a lei estadual superveniente, a norma municipal volta a vigor.
- Ⓑ A Federação é forma de Estado, ao passo que a República é forma de governo.
- Ⓒ Viola um princípio sensível, constante da Constituição Federal, o fato de um estado-membro proceder ao provimento de cargo efetivo no âmbito da administração pública centralizada sem realizar concurso público.
- Ⓓ É cláusula pétrea a regra constitucional segundo a qual a matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

QUESTÃO 15

Quanto ao processo legislativo, assinale a opção correta.

- Ⓐ A matéria veiculada em MP rejeitada pelo Congresso Nacional não poderá ser reapresentada na mesma sessão legislativa, cabendo a esse órgão disciplinar, por meio de decreto legislativo, as relações jurídicas decorrentes da edição da MP rejeitada.
- Ⓑ No Senado Federal, para que um projeto de lei ordinária seja aprovado, é necessário que haja a maioria simples, presente a maioria absoluta de seus membros. Dessa forma, como o Senado Federal tem 81 senadores, referido projeto demandará, no mínimo, 41 votos para que seja aprovado.
- Ⓒ Um projeto de lei que disponha sobre parcelamento tributário de dívidas do imposto sobre propriedade veicular (IPVA) não pode ser apresentado por parlamentar, por ser matéria de competência privativa do chefe do Poder Executivo.
- Ⓓ Considere que o Congresso Nacional já tenha aprovado determinado projeto de lei, agora em fase de sanção ou veto, alterando o projeto inicial encaminhado pelo presidente da República. Não satisfeito com a referida alteração, poderá o presidente da República editar nova medida provisória (MP) sobre a matéria rejeitada.

QUESTÃO 16

Com relação ao Poder Judiciário, assinale a opção correta.

- Ⓐ Os conflitos entre servidores públicos temporários regidos pelo direito administrativo e a administração pública direta da União passaram a ser de competência da justiça trabalhista, por força do advento da Emenda Constitucional n.º 45/2005, de acordo com o entendimento do STF.
- Ⓑ Compete ao STF processar e julgar originariamente os mandados de segurança e *habeas corpus* impetrados contra o Conselho Nacional do Ministério Público.
- Ⓒ Compete ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgar o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e os estados ou o DF.
- Ⓓ Os crimes cometidos contra o sistema financeiro, contra a ordem econômica-financeira e contra os consumidores são de competência da justiça federal.

QUESTÃO 17

Acerca das funções essenciais à justiça, assinale a opção correta.

- Ⓐ Às defensorias públicas é assegurada autonomia funcional e administrativa.
- Ⓑ Integra o Ministério Público da União o Ministério Público do Tribunal de Contas da União (TCU).
- Ⓒ Compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público, sem prejuízo do controle exercido pelo Tribunal de Contas.
- Ⓓ Os advogados da União representam a União, judicial e extrajudicialmente, inclusive no que se refere à execução da dívida ativa.

QUESTÃO 18

A Lei n.º X, publicada no dia 30 de setembro de 2005, majorou o imposto sobre produtos industrializados (IPI), sendo omissa quanto à sua entrada em vigor.

Com relação à situação hipotética apresentada e a vigência das leis tributárias, assinale a opção correta.

- A Os valores provenientes dessa majoração podem ser cobrados em face dos fatos geradores ocorridos a partir de sua publicação, já que o IPI não se submete ao princípio da anterioridade.
- B A referida majoração somente poderá ser cobrada em face dos fatos geradores ocorridos a partir de 1.º/1/2006, devido ao princípio da anualidade.
- C De acordo com o princípio da anterioridade nonagesimal, a referida majoração somente poderá ser cobrada em face dos fatos geradores ocorridos após 90 dias da sua publicação.
- D Poderá ser cobrada a referida majoração somente em face dos fatos geradores ocorridos após 45 dias da publicação da Lei n.º X, devido a regra contida na Lei de Introdução ao Código Civil, já que aquela lei foi omissa quanto a sua entrada em vigor.

QUESTÃO 19

Acerca de política urbana, agrícola e de reforma agrária, assinale a opção correta.

- A Os imóveis públicos urbanos não são suscetíveis de usucapião, mas essa restrição não se aplica aos imóveis públicos rurais.
- B Compete privativamente à União desapropriar o imóvel rural para fins de reforma agrária, mas essa competência somente poderá incidir sobre imóveis que não estejam cumprindo a sua função social, como, por exemplo, aqueles em que a atividade não favoreça o bem-estar dos trabalhadores.
- C O beneficiário da distribuição de imóvel rural objeto da reforma agrária pode alienar o seu domínio imediatamente, sendo esse um dos grandes entraves à concretização da reforma agrária.
- D O imóvel urbano que não esteja cumprindo a sua função social poderá ser imediatamente desapropriado, efetuando-se o pagamento com títulos da dívida pública.

QUESTÃO 20

Josias foi aposentado por invalidez, por ter contraído o vírus da AIDS, e não tem condições econômicas de custear o seu tratamento, já que os custos com medicação e as despesas de seu filho de 10 anos de idade ultrapassam o valor de seus proventos de aposentadoria.

Considerando a situação hipotética acima, assinale a opção correta à luz da ordem social e do entendimento do STF.

- A A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social, as quais exigem caráter contributivo.
- B A competência para legislar sobre previdência social e sobre saúde é privativa da União. Dessa forma, caberá à União privativamente aumentar o valor do referido benefício ou custear as despesas do tratamento de Josias.
- C A competência para fornecer a medicação gratuita em favor de Josias é solidária entre o município em que Josias tem domicílio e o respectivo estado-membro.
- D As ações de assistência social devem ser prestadas a Josias, independentemente de suas condições econômicas, pelo fato de ele ser pai de uma criança.

QUESTÃO 21

Acerca das pessoas, dos bens e dos fatos jurídicos, assinale a opção **incorreta**.

- A As cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade, quando instituídas para garantia de usufruto, cancelam-se com a morte dos doadores.
- B A situação de fato, cercada de circunstâncias tais que manifestamente a apresentem como se fosse uma situação de direito, constitui requisito caracterizador da teoria da aparência.
- C Salvo disposição específica em contrário, o sistema jurídico brasileiro não admite a repristinação.
- D Para qualificar e reger as obrigações, aplica-se a lei do país em que elas forem constituídas. No entanto, em contrato de arrendamento celebrado entre empresa holandesa e brasileira e constituído na Inglaterra, aplica-se a lei holandesa se a empresa arrendadora (holandesa) abdicar do foro inglês e ajuizar a ação no domicílio da empresa arrendatária, situado no Brasil.

QUESTÃO 22

Com relação ao direito da pessoa, assinale a opção correta.

- A Depois de transitada em julgado, a sentença judicial que decreta a nulidade ou anulação do casamento deve ser registrada no cartório de registro de pessoas naturais.
- B Os direitos da personalidade são intransmissíveis, irrenunciáveis, inatos ou decorrentes, perpétuos e insuscetíveis de apropriação.
- C A capacidade de exercício é imanente a toda pessoa, o que significa dizer que toda pessoa tem capacidade de adquirir direitos e contrair obrigações.
- D A emancipação voluntária ocorre pelo exercício de emprego público efetivo.

QUESTÃO 23

Acerca das pessoas e do domicílio, assinale a opção **incorreta**.

- A Têm domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar e o preso.
- B Não é cabível a desconsideração da personalidade jurídica em se tratando de firma individual.
- C A fundação de direito privado não pode ter fins lucrativos.
- D A República Federativa do Brasil é pessoa jurídica de direito público interno.

QUESTÃO 24

No que se refere às normas relativas aos bens e a suas classificações, assinale a opção **incorreta**.

- A A moeda é coisa incerta e fungível.
- B Os bens públicos dominicais são disponíveis e alienáveis.
- C A energia elétrica e os direitos autorais são considerados bens móveis.
- D Imóveis por acessão intelectual é tudo aquilo que o homem incorporar permanentemente ao solo, de modo que não se possa retirar sem destruição.

QUESTÃO 25

Acerca do negócio jurídico, assinale a opção **incorreta**.

- A Representante legal é a pessoa munida de mandato, expresso ou tácito, outorgado pelo representado.
- B Negócio jurídico unilateral não receptício é um ato de autonomia privada que se aperfeiçoa pela declaração do seu autor e produz seus efeitos sem a necessidade de aceitação e conhecimento por parte do seu destinatário.
- C A validade do negócio jurídico requer capacidade do agente. Nesse sentido, tal requisito tipifica a um só tempo elementos de existência e pressupostos de validade do negócio jurídico.
- D A reserva mental ilícita ou irregular torna nula a declaração da vontade, se desconhecida da outra parte ao tempo da consumação do negócio jurídico.

QUESTÃO 26

No que se refere ao termo ou condição e aos defeitos do negócio jurídico, julgue os itens abaixo.

- I A condição é a cláusula que subordina o efeito do negócio jurídico, oneroso ou gratuito, a evento futuro e incerto, e tem aceitação voluntária.
- II Em face da condição resolutiva, tem-se mera expectativa de direito ou direito eventual pendente.
- III O vício resultante da coação causa a anulabilidade do negócio jurídico, mas é passível de ratificação pelas partes, ressalvado direito de terceiro.
- IV Na fraude contra credores, o ato de alienação de bens praticado pelo devedor é nulo de pleno direito e dispensa a propositura de ação própria para anulação do negócio jurídico.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e IV.
- D III e IV.

QUESTÃO 27

Com relação às normas atinentes ao negócio jurídico e às obrigações, assinale a opção **incorreta**.

- A Remissão é a renúncia gratuita do crédito.
- B A base subjetiva do negócio jurídico compreende as representações nas quais as partes assentaram seu acordo de vontade. Desse modo, a frustração subjetiva dos contraentes pode render ensejo à não obrigatoriedade da prestação ou à anulação do negócio jurídico por erro essencial.
- C A mora e a violação positiva da obrigação ou do contrato por parte do devedor são exemplos de inadimplemento relativo.
- D A multa cominatória tem caráter intimidativo, de modo que o depósito ou pagamento desta não desobriga o devedor do cumprimento da prestação estabelecida na sentença da ação cominatória.

QUESTÃO 28

Assinale a opção correta acerca do direito das obrigações e do direito das coisas.

- A A aluvião é forma de aquisição da propriedade por acessão decorrente de fenômenos naturais. Será própria quando os acréscimos se formarem pelos depósitos ou aterros naturais nos terrenos marginais do rio. De outra parte, será imprópria se o acréscimo se formar pelo afastamento das águas que descobrem parte do álveo. Aquele que se beneficia pela aluvião não tem de pagar indenização.
- B Mora *accipiendi* é a mora do devedor de obrigação líquida, certa e exigível.
- C Nas obrigações provenientes de ato ilícito, em sede de ação reparatória ou indenizatória, contam-se os juros moratórios a partir da citação.
- D Juros remuneratórios ou compensatórios são devidos pelo atraso no cumprimento da prestação por parte do devedor.

QUESTÃO 29

Considerando o direito das obrigações, coisas e sucessões, assinale a opção **incorreta**.

- A Falecendo o varão antes de transitada em julgado a decisão que decretou o divórcio, embora em execução provisória — porque pendente o julgamento de recurso contra a decisão que não admitiu o recurso especial —, o estado civil do cônjuge sobrevivente é o de viuvez.
- B Na cessão de crédito por título oneroso, o cedente sempre responde ao cessionário pela existência do crédito. Se houver acordo entre as partes, o cedente poderá assumir a responsabilidade também pela solvência do devedor. Nessa hipótese, a responsabilidade do cedente é limitada ao valor que recebeu do cessionário, mais juros.
- C A usucapião é forma originária de aquisição da propriedade. Assim, prevalece a propriedade adquirida por usucapião extraordinária, ainda que sobre o imóvel usucapiendo haja cláusula de inalienabilidade instituída pelo proprietário anterior.
- D Nas dívidas garantidas por penhor, este terá por objeto determinado bem imóvel de propriedade do devedor.

QUESTÃO 30

Acerca do direito de família, assinale a opção **incorreta**.

- A Codicilo é negócio jurídico unilateral *mortis causa*, escrito, mediante o qual o autor da herança dispõe de bens de pouco valor ou de particular valor sentimental, de forma menos solene e, portanto, mais singela que o testamento.
- B Nas relações de parentesco na linha reta, extingue-se a afinidade com a dissolução do casamento ou da união estável.
- C A verba alimentícia é sempre irrepitível, ainda que o alimentante vença a demanda e a fixação da verba decorra da prática de ato ilícito.
- D Havendo herdeiros descendentes, o cônjuge sobrevivente casado sob o regime da separação obrigatória de bens não é herdeiro necessário do cônjuge falecido.

QUESTÃO 31

Julgue os itens subseqüentes, relativos à teoria geral do processo civil.

- I No direito brasileiro, os tribunais e juízos são previstos na Constituição e nas leis infraconstitucionais, com índole de generalidade, o que torna impossível a criação de órgãos jurisdicionais de exceção para julgamento de causas específicas.
- II No processo civil, é dado ao Ministério Público o prazo em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer.
- III A capacidade de ser parte constitui pressuposto subjetivo de constituição válida da relação de direito processual.
- IV Os procedimentos especiais e o procedimento sumário regem-se pelas disposições que lhes são próprias, aplicando-se-lhes, subsidiariamente, as disposições gerais do procedimento comum ordinário.

Assinale a opção correta.

- A Apenas os itens II e III estão certos.
- B Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- C Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- D Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 32

Tendo em vista as normas atinentes aos princípios gerais do processo, à capacidade, às condições da ação e aos pressupostos processuais, assinale a opção **incorreta**.

- A O exame das matérias atinentes à ação e ao processo, pelo juiz, qualifica o juízo sobre a admissibilidade ou inadmissibilidade do julgamento da demanda.
- B Tipifica o princípio da eventualidade o fato de a lei processual deduzir que compete ao réu alegar, na contestação, toda a matéria de defesa e nela expor todas as razões de fato e direito com que impugna o pedido do autor.
- C A denominada jurisdição voluntária é o conjunto de atribuições administrativas integrativas, confiadas pela lei ao Poder Judiciário.
- D O indivíduo menor de dezoito anos e maior de dezesseis anos de idade não detém capacidade processual plena para pleitear a sua própria emancipação sem assistência de seus pais ou tutor.

QUESTÃO 33

Quanto às normas pertinentes ao processo de conhecimento e de execução, assinale a opção correta.

- A A execução provisória da sentença pressupõe decisão judicial impugnada mediante recurso recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo.
- B O impedimento é uma objeção processual.
- C A lacuna ou obscuridade da lei pode eximir o juiz de sentenciar ou despachar, sendo-lhe, ainda, vedado o uso da analogia.
- D A nomeação à autoria é modalidade de intervenção de terceiros voluntária e somente pode ser suscitada pelo autor.

QUESTÃO 34

Ante o que dispõem as normas sobre as condições da ação e da competência jurisdicional e quanto aos atos processuais, julgue os seguintes itens.

- I A autocomposição destaca-se como um meio alternativo válido de solução de conflitos de interesses. Desse modo, pode essa forma alternativa ser utilizada dentro ou fora da relação jurídica de direito processual (endo ou extraprocessual).
- II A competência determinada pelo critério do valor da causa pode ser classificada como relativa, porque é instituída levando-se em conta o interesse privado das partes.
- III As objeções processuais podem e devem ser verificadas de ofício pelo juiz, em qualquer tempo e grau de jurisdição, e não se sujeitam à preclusão.
- IV Tipifica a teoria da asserção a possibilidade jurídica de se perquirir quanto à existência das condições da ação em momento posterior à propositura desta, a depender da incidência de circunstâncias supervenientes, de modo que o juiz, na sentença, poderá ter por satisfeitos tais requisitos, ou, caso contrário, reconhecer a carência do direito de ação do autor.

Assinale a opção correta.

- A Apenas os itens II e III estão certos.
- B Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- C Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- D Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 35

O Ministério Público, em sede do processo civil, pode atuar como autor ou órgão interveniente. O desempenho dessa variedade de funções tem por finalidade primordial zelar pela defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Com relação a esse assunto, assinale a opção **incorreta**.

- A O Ministério Público, no processo civil, apenas quando atua na função de fiscal da lei, detém legitimidade para oferecer exceção de incompetência relativa do juízo.
- B O Ministério Público não detém legitimidade para propor ação popular.
- C A existência de herdeiros incapazes outorga legitimidade concorrente ao Ministério Público para requerer ao juiz o inventário e a partilha.
- D No processo civil, a atuação do representante ou assistente legal do incapaz não é causa absoluta e suficiente para dispensa legal de intervenção do Ministério Público.

QUESTÃO 36

Quanto a ação, jurisdição e competência, assinale a opção correta.

- Ⓐ Os limites internacionais da jurisdição são estabelecidos pela norma interna de cada Estado, respeitados os critérios da conveniência e viabilidade.
- Ⓑ O Código de Processo Civil brasileiro, Lei n.º 5.869/1973, adotou a teoria da ação como direito autônomo e concreto.
- Ⓒ São elementos identificadores da ação: as partes, o fundamento jurídico ou fato lesivo e o valor da causa.
- Ⓓ São características da função jurisdicional: imparcialidade, revogação e originalidade.

QUESTÃO 37

Quanto às normas que regulam a intervenção de terceiros, a tutela de mérito antecipada, a prescrição e os prazos processuais, assinale a opção correta.

- Ⓐ No procedimento comum sumário, é cabível o chamamento ao processo.
- Ⓑ A tutela antecipada poderá ser concedida quando um ou mais dos pedidos cumulados, ou parcela deles, mostrar-se incontroverso. Nesse caso, trata-se de prestação jurisdicional de mérito específico e limitado, denominada sentença de mérito parcial.
- Ⓒ É permitido às partes, desde que todas estejam de acordo, reduzir ou prorrogar prazos, ainda que peremptórios.
- Ⓓ A interrupção da prescrição constitui um dos efeitos processuais da citação inválida.

QUESTÃO 38

Tendo em vista o que dispõe o Código de Processo Civil em relação a prescrição, provas e sentença, julgue os itens seguintes.

- I É defeso ao juiz, de ofício, pronunciar a prescrição da pretensão do autor.
- II As provas em geral são produzidas na fase instrutória do procedimento, todavia a prova documental, em regra, é produzida na fase postulatória.
- III São suspeitos de depor como testemunhas o cônjuge da parte e o interdito por demência.
- IV São elementos da sentença o relatório, os fundamentos e o dispositivo.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I e II.
- Ⓑ I e III.
- Ⓒ II e IV.
- Ⓓ III e IV.

QUESTÃO 39

Acerca das normas processuais que regem o cumprimento da sentença judicial, a intervenção de terceiros e os recursos cíveis, assinale a opção correta.

- Ⓐ Na hipótese do recurso de apelação interposto contra a decisão que indefere a petição inicial da ação de conhecimento, pode o próprio juiz se retratar e reformar a sua decisão.
- Ⓑ As sentenças constitutivas adquirem exequibilidade provisória na pendência de julgamento de recurso especial.
- Ⓒ A revelia do nomeado à autoria desqualifica a legitimidade deste para a interposição do recurso de apelação.
- Ⓓ A renúncia ao direito de recorrer alcança o recurso já interposto.

QUESTÃO 40

Acerca das normas reguladoras do cumprimento da sentença de execução do título extrajudicial, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ Na ação de execução, o fundamento jurídico do pedido do exequente é a atitude violadora do direito de crédito deste, ou seja, o inadimplemento do devedor.
- Ⓑ No caso de turbação ou esbulho na posse de bens decorrente de penhora judicial, o terceiro senhor e possuidor, ou simplesmente possuidor de tais bens, poderá propor ação de embargos de terceiros visando desconstituir o ato de constrição patrimonial.
- Ⓒ O cumprimento da sentença executiva que tenha por objeto o pagamento de determinada quantia se desenvolve mediante prévio requerimento do credor.
- Ⓓ O desapossamento constitui efeito processual da penhora.

QUESTÃO 41

Assinale a opção **incorreta** acerca do desaforamento no processo penal, de acordo com entendimento do STF.

- Ⓐ A maior divulgação do fato e dos seus incidentes e conseqüências, pelos meios de comunicação social, não basta, só por si, para justificar o desaforamento.
- Ⓑ A mera suposição de parcialidade do júri, sem nada que a demonstre, fundada tão-somente na circunstância de a irmã da vítima ser funcionária do juízo, é suficiente para a decretação do desaforamento.
- Ⓒ No processo penal, a competência é determinada pelo lugar em que se consumou a infração, mas, nas hipóteses de julgamento pelo júri, é permitido que seja ele realizado em outra comarca, se presente alguma das circunstâncias previstas no Código de Processo Penal.
- Ⓓ O desaforamento reveste-se do caráter de medida absolutamente excepcional.

QUESTÃO 42

Assinale a opção correta acerca do processo penal.

- Ⓐ É obrigatória a invocação do direito ao protesto por novo júri.
- Ⓑ O protesto por novo júri deve ser concedido quando ocorrer condenação igual ou superior a vinte anos, decorrente de um único crime, independentemente de ele ser doloso contra a vida ou a ele conexo.
- Ⓒ É uníssona a jurisprudência dos tribunais superiores sobre a admissibilidade do protesto por novo júri quando a condenação decorre de cúmulo material.
- Ⓓ Em havendo conexão, a absolvição da sanção do crime da competência do tribunal do júri impede o protesto por novo júri que estaria autorizado pela pena imposta em razão do crime conexo.

QUESTÃO 43

Assinale a opção **incorreta** acerca do julgamento pelo tribunal do júri.

- Ⓐ Pode o tribunal, quando entender necessário para o julgamento do recurso, realizar novas diligências, visando à complementação das provas já carreadas aos autos, o que implica dizer que se trata de um direito do réu.
- Ⓑ Não será declarada a nulidade de ato processual que não houver influído na apuração da verdade substancial ou na decisão da causa.
- Ⓒ As nulidades posteriores à pronúncia devem ser argüidas, sob pena de preclusão, logo depois de anunciado o julgamento e apregoadas as partes.
- Ⓓ A produção ou leitura de documento novo será comunicada à parte contrária com antecedência de, pelo menos, três dias.

QUESTÃO 44

Não há vedação expressa à liberdade provisória no diploma legal conhecido como

- Ⓐ Lei das Organizações Criminosas.
- Ⓑ Estatuto do Desarmamento.
- Ⓒ Lei sobre o tráfico ilícito de drogas.
- Ⓓ Lei Maria da Penha.

QUESTÃO 45

Acerca do inquérito policial (IP), assinale a opção correta.

- Ⓐ Todo IP é modalidade de investigação que tem seu regime jurídico traçado a partir da Constituição Federal, mecanismo que é das atividades genuinamente estatais de segurança pública.
- Ⓑ Do plexo de direitos dos quais é titular o indiciado — interessado primário no procedimento administrativo do IP —, é corolário e instrumento a prerrogativa do advogado de acesso aos autos respectivos, explicitamente outorgada pelo Estatuto da Advocacia, da qual, porém, excluíram-se os IPs que correm em sigilo.
- Ⓒ Não é direito fundamental do indiciado, no curso do IP, fazer-se assistir por advogado.
- Ⓓ No curso do inquérito policial, ao indiciado não é dado o direito de manter-se em silêncio.

QUESTÃO 46

Assinale a opção correta acerca do direito penal.

- Ⓐ No caso de crime cometido no âmbito de uma empresa, o simples fato de o réu ser administrador da empresa autoriza a instauração de processo criminal pelo crime, mesmo se não restar comprovada a mínima relação de causa e efeito entre as imputações e a condição de dirigente da empresa.
- Ⓑ O delito de corrupção de menores prescinde da efetiva corrupção do menor, bastando, para a sua configuração, a prova de participação do inimputável em crime juntamente com agente maior de 18 anos.
- Ⓒ Os delitos de estupro e de atentado violento ao pudor, em sua forma simples, não configuram modalidades de crime hediondo.
- Ⓓ O crime de denúncia caluniosa dispensa a ciência, pelo agente, da inocência do acusado.

QUESTÃO 47

Assinale a opção correta acerca do processo penal.

- Ⓐ É inepta a denúncia que, contendo narração incongruente dos fatos, impossibilita o exercício pleno do direito de defesa.
- Ⓑ A jurisprudência do STF consolidou o entendimento segundo o qual as interceptações telefônicas não podem ser prorrogadas.
- Ⓒ As férias forenses interrompem a contagem dos prazos recursais.
- Ⓓ É competente a justiça federal para o processo e o julgamento de crime praticado dentro de reserva indígena, ainda que, na ocasião, não tenha havido disputa sobre direitos indígenas.

QUESTÃO 48

Assinale a opção correta acerca do direito penal.

- Ⓐ A circunstância de estar a arma muniçada ou não é relevante para a configuração do delito de porte ilegal de arma de fogo.
- Ⓑ Constitui, em tese, delito contra as relações de consumo colocar no mercado refrigerantes em condições impróprias para consumo.
- Ⓒ O ordenamento jurídico permite a concessão de indulto aos condenados por homicídio qualificado.
- Ⓓ O benefício da comutação de pena é ato privativo e discricionário dos congressistas, a quem compete estabelecer os requisitos a serem preenchidos pelos sentenciados.

QUESTÃO 49

No crime de apropriação indébita previdenciária, o pagamento integral dos débitos oriundos da falta de recolhimento de contribuições sociais, efetuado posteriormente ao recebimento da denúncia, é

- Ⓐ circunstância atenuante.
- Ⓑ causa de exclusão da tipicidade.
- Ⓒ causa de extinção da punibilidade.
- Ⓓ indiferente penal.

QUESTÃO 50

Assinale a opção correta acerca do *habeas corpus*.

- Ⓐ É incabível *habeas corpus* para declarar-se a atipicidade da conduta, mesmo quando esta é verificável de plano, *primus ictus oculi*, sem a necessidade de exame valorativo do conjunto fático ou probatório.
- Ⓑ Cabe *habeas corpus* quando já extinta a pena privativa de liberdade.
- Ⓒ É incabível pedido de *habeas corpus* em favor de beneficiado com a suspensão condicional do processo, já que inexistente ameaça à sua liberdade de locomoção.
- Ⓓ Em princípio, ressalvada manifesta ilegalidade, descabe o uso de *habeas corpus* para cassar indeferimento de liminar.

QUESTÃO 51

Assinale a opção correta acerca do processo penal.

- Ⓐ Compete à justiça estadual processar e julgar crimes de desvio de verbas oriundas de órgãos federais, sujeitas ao controle do TCU e não incorporadas ao patrimônio do município.
- Ⓑ É cabível recurso em sentido estrito contra decisão que indefere o pedido de conversão do julgamento em diligência para oitiva de testemunhas.
- Ⓒ Por ser a proteção ao meio ambiente matéria de competência comum da União, dos estados, do DF e dos municípios, e inexistir, quanto aos crimes ambientais, dispositivo constitucional ou legal expresso sobre qual a justiça competente para o seu julgamento, tem-se que, em regra, o processo e o julgamento dos crimes ambientais é de competência da justiça comum estadual.
- Ⓓ Eventual nulidade do laudo pericial — ou mesmo a sua ausência — descaracteriza o crime de porte de arma, mesmo diante de um conjunto probatório que permita ao julgador formar convicção no sentido da existência do crime.

QUESTÃO 52

Assinale a opção correta acerca do direito penal.

- Ⓐ A pena restritiva de direitos, como toda e qualquer resposta penal, está ordenada, na sua aplicação, ao princípio da suficiência.
- Ⓑ Aos crimes militares não se aplica o princípio da insignificância.
- Ⓒ As penas restritivas de direitos admitem a execução provisória.
- Ⓓ Ocorrendo a morte da vítima em decorrência de disparo de arma de fogo utilizada para a prática de roubo, há crime de latrocínio tentado se não houve a subtração de bens.

QUESTÃO 53

Com relação ao processo penal, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ O estatuto constitucional do direito de defesa é um complexo de princípios e de normas que amparam os acusados em sede de persecução criminal, exceto os réus processados por suposta prática de crimes hediondos ou de delitos a estes equiparados.
- Ⓑ O acusado, embora preso, tem o direito de comparecer, de assistir e de presenciar, sob pena de nulidade absoluta, os atos processuais, notadamente aqueles que se produzem na fase de instrução do processo penal, que se realiza, sempre, sob a égide do contraditório.
- Ⓒ O direito de audiência, de um lado, e o direito de presença do réu, de outro, traduzem prerrogativas jurídicas essenciais que derivam da garantia constitucional do *due process of law*.
- Ⓓ São irrelevantes as alegações do poder público concernentes à dificuldade ou inconveniência de proceder à remoção de acusados presos a outros pontos do estado ou do país, pois razões de mera conveniência administrativa não têm precedência sobre as inafastáveis exigências de cumprimento e respeito ao que determina a Constituição.

QUESTÃO 54

O agente que, na qualidade de servidor do INSS, obtém de forma indevida a concessão de benefício previdenciário junto ao INSS, em favor de terceiro, pratica o crime de

- Ⓐ corrupção passiva.
- Ⓑ peculato-furto.
- Ⓒ apropriação indébita.
- Ⓓ estelionato.

QUESTÃO 55

Assinale a opção correta acerca do processo penal.

- Ⓐ A fundamentação das decisões do Poder Judiciário, tal como resulta da Constituição Federal, é condição absoluta de sua validade e, portanto, pressuposto da sua eficácia, substanciando-se na definição suficiente dos fatos e do direito que a sustentam, de modo a certificar a realização da hipótese de incidência da norma e os efeitos dela resultantes.
- Ⓑ A interposição de recurso sem efeito suspensivo contra decisão condenatória obsta a expedição de mandado de prisão.
- Ⓒ Ao tribunal *ad quem* é vedado, em sede recursal, ordenar a prisão do condenado quando improvido o recurso por este interposto, conforme previsão expressa no Código de Processo Penal.
- Ⓓ A falta ou a nulidade da citação são insanáveis.

QUESTÃO 56

Assinale a opção correta acerca do processo penal.

- A** Há que se falar em piora na situação do condenado por acórdão que, ao reduzir o *quantum* da condenação, determina seu imediato cumprimento, em oposição à sentença que determinara que tal só ocorresse após o trânsito em julgado.
- B** No caso de concurso de agentes, a decisão do recurso interposto por um dos réus aproveitará aos outros, mesmo se fundado em motivos de caráter exclusivamente pessoal.
- C** Dispondo a sentença condenatória — transitada em julgado para a acusação — que o réu pode recorrer em liberdade, condicionando a execução da pena ao trânsito em julgado, não pode o tribunal *a quo*, em apelação exclusiva da defesa, piorar a situação do condenado, para determinar a imediata execução da reprimenda, pois isso caracteriza *reformatio in pejus*.
- D** O ato que determina a expedição de mandado de prisão — proveniente de tribunal (do relator de apelação, por exemplo) — dispensa fundamentação.

QUESTÃO 57

O agente que mantém, no exterior, depósitos não declarados à repartição federal competente pratica crime contra

- A** a ordem tributária.
- B** as relações de consumo.
- C** o sistema financeiro.
- D** a ordem econômica.

QUESTÃO 58

O sujeito que empresta seu nome para terceiro abrir empresa de fachada, sabendo que não será a empresa estabelecida para realizar o objeto social declarado, pratica o crime de

- A** falso reconhecimento de firma.
- B** falsificação de documento particular.
- C** falsidade documental.
- D** falsidade ideológica.

QUESTÃO 59

Assinale a opção correta acerca do direito penal.

- A** Aplica-se a atenuante da confissão espontânea quando a confissão extrajudicial efetivamente sirva para alicerçar a sentença condenatória, desde que não haja retratação em juízo.
- B** O recolhimento à prisão domiciliar somente será admitido aos apenados submetidos ao regime aberto, sem exceções.
- C** O médico de hospital credenciado pelo SUS que presta atendimento a segurado, por ser considerado funcionário público para efeitos penais, pode ser sujeito ativo do delito de concussão.
- D** O assalto praticado por policiais militares que, em trajes civis e com carro civil, abalroarem o carro da vítima, apenas coincidentemente policial militar, mas também em traje e carro civil, quando então anunciarem e consumarem o delito, é crime militar.

QUESTÃO 60

Acerca do direito penal, assinale a opção correta.

- A** A ocultação, em proveito próprio, de coisa que se sabe ser produto de crime configura o delito de condescendência criminosa.
- B** Constitui crime contra as relações de consumo vender ou expor à venda mercadoria cuja embalagem, tipo, especificação, peso ou composição esteja em desacordo com as prescrições legais, ou que não corresponda à respectiva classificação oficial.
- C** O crime de quadrilha ou bando possui natureza de delito instantâneo, mas de efeitos permanentes.
- D** A pesca proibida pelo local ou época da atividade, ou pelo uso de petrechos proibidos, é crime material.

QUESTÃO 61

Antônio foi contratado, mediante concurso público e sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para trabalhar em uma empresa pública estadual. Nessa situação, considerando a existência de litígio a respeito de verbas rescisórias a serem pagas a Antônio, será competente para julgar a demanda a

- A** justiça eleitoral.
- B** justiça comum.
- C** justiça federal.
- D** justiça do trabalho.

QUESTÃO 62

João, médico residente, ingressou com ação na justiça do trabalho pleiteando o reconhecimento da relação de emprego com um hospital público municipal.

Diante dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** Durante o período de residência médica, não existe nenhum vínculo entre o médico e o hospital, já que apenas assiste aulas no hospital, mas não exerce atividade laborativa.
- B** Assiste razão a João, uma vez que o período de residência médica deve ser considerado relação de emprego, já que presentes os elementos caracterizadores do vínculo, ou seja, pagamento de salário, subordinação e permanência.
- C** A residência médica é uma modalidade de ensino de pós-graduação, regida sob os ditames do Decreto n.º 80.281/1977, caracterizada por treinamento em serviço, em regime de dedicação exclusiva. Logo, não pode ser caracterizada como relação de emprego.
- D** Caberá ao juiz, ao analisar a demanda, definir se houve ou não uma relação de emprego.

QUESTÃO 63

Ana foi contratada na condição de empregada doméstica por membro de representação de um Estado estrangeiro. Sua carteira de trabalho e previdência social foi assinada pela pessoa física do membro da representação do referido Estado.

Considerando essa situação hipotética e considerando, ainda, que haja litígio trabalhista entre Ana e o referido membro da representação do Estado estrangeiro, assinale a opção correta.

- A** A justiça do trabalho poderá julgar a demanda.
- B** A justiça do trabalho não poderá julgar a demanda, pois os Estados estrangeiros e seus membros gozam de imunidade diplomática prevista na Convenção de Viena.
- C** Ana somente poderá buscar seus direitos perante corte judicial do país do membro da representação de Estado estrangeiro.
- D** Ana deverá encaminhar sua reclamação ao Ministério das Relações Exteriores, que é competente para lidar com as relações diplomáticas entre o Brasil e Estados estrangeiros.

QUESTÃO 64

Joaquim, empregado da empresa Delta, aderiu a greve organizada pelo sindicato de sua categoria. A empresa demitiu Joaquim por justa causa, considerando que o fato de ter aderido à greve poderia ser considerado falta grave.

Considerando a situação hipotética acima e a súmula 316 do STF, assinale a opção correta.

- A** Joaquim praticou ato de insubordinação ao aderir à greve, mas a justificativa para demissão deveria ser a incontinência de conduta ou o mau procedimento.
- B** A simples adesão à greve não pode ser considerada falta grave.
- C** A adesão à greve justifica um motivo de suspensão do empregado, mas não motivo imediato para a aplicação da justa causa.
- D** A atitude de aderir à greve e de não comparecer ao trabalho é incompatível com o abandono de emprego.

QUESTÃO 65

Manoel é empregado de uma empresa individual. Em decorrência da morte do empregador da mencionada empresa, Manoel ingressou com uma reclamação trabalhista objetivando a rescisão do seu contrato de trabalho por justa causa do empregado, fundamentando-se no art. 483 da CLT.

Com referência à situação hipotética acima apresentada, assinale a opção correta.

- A** Não existe necessidade de Manoel ingressar com ação judicial para a rescisão contratual, pois, ocorrendo a morte do empregador, o contrato de trabalho estará automaticamente rescindido.
- B** A morte do empregador é motivo de rescisão indireta do contrato de trabalho por justa causa do empregado.
- C** A morte do empregador empresa individual é um dos casos de demissão sem justa causa para fins de verbas rescisórias.
- D** A morte do empregador empresa individual constitui hipótese de motivo justificado, mas não de justa causa.

QUESTÃO 66

No que diz respeito ao instituto do aviso prévio, julgue os itens a seguir.

- I O aviso prévio trabalhado ou indenizado computa-se, para todos os efeitos, como integração ao tempo de serviço.
- II O caráter indenizatório que se dá ao pagamento do aviso prévio não trabalhado lhe retira o caráter alimentar.
- III A cessação da atividade da empresa, com pagamento da indenização, exclui o direito do empregado ao aviso prévio.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 67

Cláudio, embora tenha menos de 18 anos de idade, exerce atividade como empregado. Para isso, ele está autorizado a assinar os recibos de salários e é plenamente responsável pelas violações contratuais.

Em face dessa situação hipotética, assinale a opção correta no que diz respeito a eventual depoimento pessoal de Cláudio em audiência no juízo trabalhista.

- A** A presença de assistente é cabível somente nos casos de contratos de aprendizes.
- B** Uma vez que Cláudio é o próprio prestador dos serviços, está autorizado a assinar os recibos de salários e é plenamente responsável pelas violações contratuais, então pode ser considerado como se maior de idade fosse em depoimentos judiciais.
- C** Quanto aos efeitos jurídicos de seu depoimento, Cláudio não pode ser equiparado ao maior de idade, exigindo-se a presença de um assistente.
- D** Caberá ao juiz analisar a necessidade ou não da presença de um assistente no depoimento de Cláudio na justiça do trabalho.

QUESTÃO 68

Sob a sistemática da justiça do trabalho, no inquérito judicial contra empregado estável, o número máximo de testemunhas que cada parte poderá arrolar é igual a

- A** 2.
- B** 3.
- C** 5.
- D** 6.

QUESTÃO 69

Considerando que a Lei n.º 10.035/2000 autorizou o INSS a recorrer dos acordos que contenham parcelas indenizatórias, assinale a opção correta.

- Ⓐ Não existe necessidade de intimação do INSS, pois a Lei n.º 10.035/2000 apenas previu possibilidade de recurso por parte do INSS, mas não a obrigatoriedade de recorrer.
- Ⓑ Apesar da possibilidade de recurso do INSS, o acordo homologado pelo juiz torna-se definitivo e põe fim ao processo.
- Ⓒ Caberá ao juiz, nessas situações, avaliar a pertinência ou não da intimação do INSS.
- Ⓓ O INSS deverá ser intimado das decisões homologatórias de acordos que contenham parcela indenizatória, sendo-lhe facultado interpor recurso relativo às contribuições que lhe forem devidas.

QUESTÃO 70

No que diz respeito ao instituto da reconvenção, assinale a opção correta.

- Ⓐ Não existe na jurisprudência ou na doutrina nenhum posicionamento ou previsão a respeito do cabimento da reconvenção em ação declaratória.
- Ⓑ O instituto da reconvenção é de direito material e não processual.
- Ⓒ A reconvenção, apesar de não estar prevista expressamente na CLT, também é cabível no processo trabalhista.
- Ⓓ Caberá ao juiz trabalhista, ao analisar uma questão, decidir sobre o cabimento ou não da reconvenção.

QUESTÃO 71

Quanto a citação ou notificação postal na justiça do trabalho, assinale a opção correta.

- Ⓐ Não se admite, em nenhuma hipótese, citação ou notificação por via postal, já que agências de correios não são órgãos vinculados à justiça do trabalho.
- Ⓑ A citação ou notificação postal presume-se realizada quando tenha sido entregue, na empresa, a empregado da reclamada, a zelador de prédio comercial ou tenha sido depositada em caixa postal da empresa, incumbindo à parte provar o não recebimento.
- Ⓒ A citação ou notificação postal apenas poderá ser considerada válida quando for recebida pessoalmente pelo proprietário da reclamada, preposto legalmente constituído, ou pela própria pessoa do reclamado, em caso de pessoa física.
- Ⓓ A citação na justiça do trabalho apenas poderá ser realizada por oficial de justiça.

QUESTÃO 72

Na justiça do trabalho, a parte ré (reclamada) pode ser representada por preposto em audiência. A respeito do preposto, assinale a opção correta.

- Ⓐ A carta de preposição é o documento hábil para a prova do mandato outorgado. A sua ausência sempre deverá atrair a aplicação da revelia.
- Ⓑ Pode figurar como preposto prestador de serviço que tenha conhecimento dos fatos discutidos na ação.
- Ⓒ Nas ações contra condomínio, pode figurar como preposto qualquer condômino, não havendo a necessidade de comparecimento do síndico ou administrador.
- Ⓓ A representação da pessoa jurídica por preposto em audiência exige que seja sócio, diretor ou empregado da reclamada.

QUESTÃO 73

A respeito do procedimento sumaríssimo na justiça do trabalho, julgue os itens seguintes.

- I O pedido deverá ser certo ou determinado e indicará o valor correspondente.
- II As demandas em que é parte a administração pública direta, autárquica ou fundacional também podem se submeter ao procedimento sumaríssimo, se o valor pleiteado não exceder a quarenta vezes o salário mínimo.
- III Não se fará citação por edital, incumbindo ao autor a correta indicação do nome e do endereço do reclamado.
- IV As partes poderão arrolar até no máximo três testemunhas cada, que comparecerão à audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I e II.
- Ⓑ I e III.
- Ⓒ II e IV.
- Ⓓ III e IV.

QUESTÃO 74

No que diz respeito ao recurso de revista, assinale a opção correta.

- Ⓐ Em sede de recurso de revista, não é cabível nenhum tipo de depósito recursal.
- Ⓑ O prazo para a interposição do recurso, em razão de sua natureza extraordinária, é de 15 dias.
- Ⓒ Nas razões do recurso de revista, é vedada a discussão a respeito de afronta direta e literal à Constituição Federal, já que tal matéria cabe apenas a análise do STF.
- Ⓓ Não cabe recurso de revista para discutir interpretação de cláusula de contrato de trabalho.

QUESTÃO 75

Nas localidades não abrangidas por jurisdição de vara do trabalho, as demandas trabalhistas serão julgadas pelo juiz de direito. Recurso interposto contra decisão de juiz de direito em matéria trabalhista deve ser julgado pelo

- A** respectivo tribunal regional do trabalho.
- B** tribunal de justiça do estado.
- C** tribunal regional federal da região a que estiver submetida a jurisdição do estado.
- D** STJ.

QUESTÃO 76

Acerca dos atos administrativos, assinale a opção correta.

- A** Considere que um servidor público municipal, ocupante do cargo efetivo de motorista, tenha colidido a viatura oficial em um poste, e que, responsabilizado pelo acidente, tenha sido comunicado dos danos causados e do valor a ser pago. Nessa situação, diante da força auto-executória dos atos administrativos, o município não precisa ingressar com ação de reparação de danos.
- B** A demolição de uma casa pela administração é considerada ato administrativo discricionário, segundo doutrina dominante.
- C** Um parecer opinativo acerca de determinado assunto emitido pela consultoria jurídica de órgão da administração pública não é considerado, por parte da melhor doutrina, ato administrativo, mas sim ato da administração.
- D** O lançamento tributário de determinado tributo pela administração tributária é ato administrativo vinculado, mas não é dotado de presunção de legitimidade e veracidade, já que o fiscal deve demonstrar, na ação executiva fiscal, a veracidade e a legitimidade de seu ato, sob pena de nulidade.

QUESTÃO 77

Em relação ao controle da administração pública, assinale a opção correta.

- A** A administração tem o prazo prescricional de 5 anos para anular os seus próprios atos, quando eivados de ilegalidade.
- B** Um ato administrativo que viole a lei deve ser revogado pela própria administração, independentemente de provocação.
- C** A anulação do ato administrativo importa em análise dos critérios de conveniência e oportunidade.
- D** Um ato nulo pode, eventualmente, deixar de ser anulado em atenção ao princípio da segurança jurídica.

QUESTÃO 78

A respeito dos contratos administrativos, assinale a opção correta.

- A** A administração pode rescindir o contrato, de forma unilateral, na ocorrência de caso fortuito ou força maior, não ficando obrigada ao pagamento de qualquer indenização.
- B** Os contratos administrativos diferenciam-se dos demais contratos privados no que se refere às chamadas cláusulas exorbitantes, como a cláusula que autoriza à administração impor penalidades administrativas.
- C** Como os contratos administrativos também se submetem ao princípio da formalidade, eles devem ser obrigatoriamente escritos.
- D** A administração pode alterar, de forma unilateral, os contratos que celebrar. No entanto, no que se refere à alteração quantitativa, a lei estabelece, como limite para os acréscimos e supressões nas obras, serviços ou compras, o percentual de 50% em relação ao valor original do contrato.

QUESTÃO 79

Quanto às licitações, assinale a opção correta.

- A** É dispensável a licitação na hipótese de celebração de contrato de programa entre entes da Federação ou com entidades da administração indireta, para a prestação de serviços públicos de forma associada nos termos do autorizado em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação.
- B** De acordo com o princípio da adjudicação compulsória, o licitante contratado deve obedecer não apenas aos termos do contrato, mas também às determinações da administração.
- C** Nos termos da Constituição Federal, as empresas estatais (sociedades de economia mista e empresas públicas), quando prestadoras de serviço público, podem elaborar ato normativo sobre licitação, observados os princípios da administração pública.
- D** A contratação de empresa de publicidade pode ser feita sem licitação, diante da natureza singular do serviço.

QUESTÃO 80

Em relação à organização da administração pública, assinale a opção correta.

- A** As autarquias, fundações e empresas estatais, de acordo com o princípio da legalidade, devem ser criadas por meio de lei.
- B** Os dirigentes das empresas estatais que não são empregados dessas empresas não são considerados celetistas.
- C** A Receita Federal (fazenda pública) tem natureza jurídica autárquica.
- D** Com o fim do regime jurídico único, os funcionários públicos das empresas estatais, quando prestadoras de serviço público, podem, atualmente, ser estatutários.

QUESTÃO 81

Acerca das entidades paraestatais e do terceiro setor, assinale a opção correta.

- Ⓐ As organizações da sociedade civil de interesse público celebram contrato de gestão, ao passo que as organizações sociais celebram termo de parceria.
- Ⓑ As entidades do denominado sistema S (SESI, SESC, SENAI, SENAC) não se submetem à regra da licitação nem a controle pelo TCU.
- Ⓒ As entidades paraestatais estão incluídas no denominado terceiro setor.
- Ⓓ As organizações sociais são pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, instituídas por iniciativa de particulares, para desempenhar atividade típica de Estado.

QUESTÃO 82

A respeito dos agentes públicos, assinale a opção correta.

- Ⓐ Ao servidor público que tomou posse após a Emenda Constitucional n.º 41/2003 serão exigidos para aposentadoria por invalidez os seguintes requisitos: 10 anos de tempo de serviço público, 5 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, idade mínima de 60 anos para os homens e 55 para as mulheres e tempo de contribuição de 35 anos para o homem e de 30 anos para as mulheres.
- Ⓑ Os particulares em colaboração com o poder público são considerados servidores públicos.
- Ⓒ Considere que um cidadão ocupe cargo efetivo de professor em determinado município e tenha sido aprovado em concurso público de técnico judiciário, cargo acessível aos que detenham nível médio de escolaridade, em qualquer área do conhecimento. Nessa situação, os dois cargos referidos são acumuláveis.
- Ⓓ A demissão de servidor público tem natureza punitiva, enquanto a exoneração não tem esse caráter.

QUESTÃO 83

No que concerne ao TCU, assinale a opção correta.

- Ⓐ O Poder Judiciário não pode anular as decisões do TCU, sob pena de violação do princípio da separação dos poderes.
- Ⓑ O TCU é órgão integrante da estrutura administrativa do Poder Legislativo, com competência, entre outras, para aprovar as contas do presidente da República.
- Ⓒ O TCU não detém competência para fiscalizar a aplicação de recursos públicos feita pelas empresas estatais exploradoras de atividade econômica.
- Ⓓ As decisões do TCU de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.

QUESTÃO 84

Quanto à responsabilidade extracontratual do Estado, assinale a opção correta.

- Ⓐ Proposta a ação de indenização por danos materiais e morais contra o Estado, sob o fundamento de sua responsabilidade objetiva, é imperioso que este, conforme entendimento prevalente, denuncie à lide o respectivo servidor alegadamente causador do dano.
- Ⓑ Prevalece o entendimento de que, nos casos de omissão, a responsabilidade extracontratual do Estado é subjetiva, sendo necessário, por isso, perquirir acerca da culpa e do dolo.
- Ⓒ A vítima de dano causado por ato comissivo deve ingressar com ação de indenização por responsabilidade objetiva contra o servidor público que praticou o ato.
- Ⓓ Não há responsabilidade civil do Estado por dano causado pelo rompimento de uma adutora ou de um cabo elétrico, mantidos pelo Estado em péssimas condições, já que essa situação se insere no conceito de caso fortuito.

QUESTÃO 85

Acerca da improbidade administrativa, assinale a opção correta.

- Ⓐ Considere que um ex-servidor público tenha praticado ato de improbidade administrativa, mas somente três anos depois desse ato tenha sido afastado do exclusivo cargo em comissão que ocupava. Nessa situação, o prazo prescricional de 5 anos para que seja proposta a pertinente ação de improbidade tem início com o término do exercício do referido cargo e não, da prática do ato.
- Ⓑ O Ministério Público deve provar, logo na inicial, o ato qualificado como de improbidade administrativa, não bastando que se afirme que o fará ao longo da instrução processual.
- Ⓒ Prevalece o entendimento de que a ação judicial cabível para apurar e punir os atos de improbidade de natureza civil deve ser titularizada, com exclusividade, pelo Ministério Público.
- Ⓓ A competência judicial para apurar ato de improbidade de governador de estado é do STJ.

QUESTÃO 86

João auferiu renda superior a R\$ 100.000,00 no ano calendário de 2005, mas não apresentou declaração ao fisco federal em virtude de essa renda ter sido proveniente da prática de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes. Em regular atividade fiscal, João foi compelido a pagar multa pecuniária pelo atraso na entrega de sua declaração de renda.

Considerando a situação hipotética apresentada acima e as normas do sistema tributário nacional, assinale a opção correta.

- Ⓐ O imposto de renda deve ser informado pelos critérios da universalidade, da progressividade e da generalidade.
- Ⓑ Constitui tributo a multa imposta a João pelo atraso na entrega de sua declaração de renda.
- Ⓒ João não está obrigado a pagar o imposto de renda em razão de os valores por ele auferidos terem sido provenientes de atividade ilícita.
- Ⓓ O imposto de renda poderá ser instituído por lei complementar, lei ordinária, medida provisória ou decreto.

QUESTÃO 87

A União instituiu certo tributo federal e atribuiu a uma autarquia a função de arrecadar e fiscalizar o mencionado tributo.

Tendo como referência inicial a situação acima apresentada, assinale a opção correta acerca da competência tributária.

- A** A situação apresentada constitui hipótese de delegação da competência tributária da União.
- B** Em havendo discussão judicial acerca do tributo instituído, a autarquia não será beneficiada pelas garantias e privilégios processuais atribuídos à União.
- C** A atribuição das funções de arrecadar e fiscalizar o tributo instituído pela União poderia ter sido conferida a pessoa jurídica de direito privado.
- D** É lícito que a União revogue, a qualquer tempo e por ato unilateral, as atribuições conferidas à autarquia.

QUESTÃO 88

O poder de tributar não é absoluto, pois a Constituição Federal impõe às entidades detentoras de capacidade tributária algumas limitações. Acerca das limitações à competência tributária, assinale a opção correta.

- A** Pelo princípio da anualidade tributária, é vedado à União, aos estados, ao DF e aos municípios cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que a lei que os instituiu ou majorou tenha sido publicada.
- B** A norma constitucional impõe que os impostos sejam criados por lei complementar.
- C** É lícito ao presidente da República reduzir a alíquota do imposto sobre produtos industrializados por decreto presidencial.
- D** As anuidades devidas aos conselhos de fiscalização profissional são fixadas e majoradas por resoluções dos respectivos conselhos.

QUESTÃO 89

Para custear serviços públicos de sua competência, o município de Vila Bela dispõe de 2 milhões de reais, provenientes da distribuição de receitas tributárias do imposto de renda (IR), do imposto sobre a propriedade territorial rural (ITR), do imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) e do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS).

Considerando a situação hipotética acima, assinale a opção correta acerca da matéria atinente à distribuição das receitas tributárias.

- A** São devidos ao município de Vila Bela 20% do ICMS arrecadado pelo respectivo estado.
- B** Pertencem ao município de Vila Bela 50% do IR incidente na fonte sobre rendimentos pagos a qualquer título por essa entidade administrativa.
- C** Caberão ao município de Vila Bela 50% do ITR quanto aos imóveis situados em seu território.
- D** Ao município de Vila Bela são cabíveis 30% do IPVA relativo aos veículos licenciados em seu território.

QUESTÃO 90

Assinale a opção correta acerca da legislação tributária.

- A** É lícito que a matéria atinente à fixação das alíquotas mínimas para o IPVA seja disciplinada por decreto.
- B** Os empréstimos compulsórios somente serão instituídos mediante lei complementar.
- C** A discriminação dos serviços a serem tributados pelo imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS) será veiculada por lei ordinária.
- D** Apenas emendas constitucionais estabelecerão as alíquotas do ICMS aplicáveis às operações de exportação.

QUESTÃO 91

Carlos, administrador do supermercado Boas Compras, deixou de recolher vários tributos da referida pessoa jurídica, que passa por severas privações financeiras.

Tendo como referência inicial a situação hipotética acima, assinale a opção correta acerca da obrigação tributária.

- A** Carlos, na condição de administrador do supermercado Boas Compras, é pessoalmente responsável pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias decorrentes de quaisquer de seus atos.
- B** A capacidade tributária passiva do referido supermercado Boas Compras não depende de sua regular constituição.
- C** Carlos e o supermercado Boas Compras são solidariamente responsáveis pelo pagamento dos tributos devidos.
- D** O dever de recolher os tributos devidos pelo supermercado Boas Compras constitui uma obrigação tributária acessória.

QUESTÃO 92

Um navio cargueiro, em trânsito para a Argentina, atracou em porto brasileiro com três lotes de automóveis com as características a seguir.

- lote 1 – automóveis fabricados nos Estados Unidos da América para serem vendidos no Brasil;
- lote 2 – automóveis fabricados no Brasil, reimportados para a realização de reparos em razão de defeitos técnicos;
- lote 3 – automóveis em trânsito, para serem vendidos na Argentina.

Com relação ao imposto de importação, assinale a opção correta, tendo como referência inicial a situação hipotética acima apresentada.

- A** A alteração das alíquotas do imposto de importação não se sujeita aos princípios constitucionais tributários da legalidade e da anterioridade.
- B** Incide imposto de importação apenas sobre os automóveis dos lotes 1 e 2.
- C** Incide imposto de importação apenas sobre os automóveis do lote 3.
- D** O imposto de importação é de caráter marcadamente fiscal.

QUESTÃO 93

No que concerne ao lançamento do crédito tributário, assinale a opção correta.

- Ⓐ É de cinco anos o prazo prescricional para cobrança de crédito tributário, contados da data do fato gerador da obrigação tributária.
- Ⓑ A data da ocorrência do fato gerador vai definir a legislação tributária que regerá a constituição do crédito tributário. Todavia, aplica-se ao lançamento a legislação posterior a esta data que tenha outorgado ao crédito maiores privilégios, para o efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.
- Ⓒ Não existindo disposição legal em contrário, nos casos em que o valor tributário esteja expresso em moeda estrangeira, deverá ser feita a sua conversão em moeda nacional ao câmbio do dia em que se proceder ao lançamento tributário.
- Ⓓ Qualquer modificação nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento, introduzida em consequência de decisão judicial, somente pode ser efetiva, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido posteriormente à sua introdução.

QUESTÃO 94

A União, por intermédio de lei federal, concedeu moratória em caráter geral, relativamente a um tributo, circunscrevendo seus efeitos a determinada região do território nacional, estabelecendo ainda critérios e condições para que o referido favor seja estendido individualmente, por despacho da autoridade administrativa, aos que não possuam domicílio na aludida região.

Com base na legislação tributária aplicável e tendo a situação hipotética acima como referência, assinale a opção correta.

- Ⓐ A moratória não pode ser concedida em favor de determinada classe ou categoria de sujeitos passivos.
- Ⓑ Não havendo disposição legal em contrário, presume-se que a concessão da moratória abrange todos os créditos tributários, constituídos ou não, à data da edição da referida lei federal.
- Ⓒ A concessão de moratória em caráter individual não gera direito adquirido.
- Ⓓ A concessão da moratória não interrompe o prazo prescricional do direito à cobrança do crédito tributário, mesmo que, posteriormente, o despacho concessivo do favor seja anulado em virtude de ter sido constatada a existência de dolo ou simulação do benefício.

QUESTÃO 95

O sujeito passivo de determinada relação jurídica tributária formulou consulta, dentro do prazo legal para pagamento do crédito, a respeito da possibilidade de compensação do aludido crédito com créditos líquidos e certos vincendos de sua titularidade contra a fazenda pública. O mesmo sujeito passivo também possui créditos tributários vencidos relativos ao imposto de renda dos exercícios de 2004 e 2005, nos valores, respectivamente, de R\$ 2.000,00 e R\$ 4.000,00. Para estes créditos, o sujeito passivo emitiu cheque no valor de R\$ 3.000,00, pagando-o diretamente na repartição fiscal.

Considerando essa situação e com base na legislação tributária vigente, assinale a opção correta.

- Ⓐ A autoridade administrativa que receber o pagamento relativo a créditos tributários vencidos deverá imputar os R\$ 3.000,00 para pagamento do imposto de renda do exercício de 2005.
- Ⓑ Na pendência da consulta formulada, não haverá a incidência de juros moratórios, mesmo que o crédito não seja pago até a data do vencimento.
- Ⓒ Mesmo sendo líquidos e certos, não são compensáveis créditos vincendos contra a fazenda pública.
- Ⓓ O pagamento de tributos não pode ser efetuado por meio de cheques.

Texto para as questões 96 e 97

Marcos, empresário individual, emitiu uma duplicata contra Lucas, no valor de R\$ 5.000,00, com praça de pagamento em Brasília – DF. Após isso, Marcos colocou o título em circulação, endossando-o a Mateus, que, por sua vez, também por endosso, transferiu-o a João. A par do endosso, Mateus fez vir à duplicata, em seu favor, aval de Josué, cônjuge de Maria.

QUESTÃO 96

Acerca do protesto da duplicata mencionada na situação hipotética acima, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ De acordo com a legislação em vigor, a duplicata só pode ser protestada por falta de aceite ou de pagamento.
- Ⓑ Para que João possa cobrar de Mateus, é imprescindível o protesto do título.
- Ⓒ O protesto deve ser tirado na praça de pagamento constante da duplicata, ou seja, em Brasília – DF.
- Ⓓ Caso não seja exercida a faculdade de protestar o título por falta de aceite, não se elide a possibilidade de protesto por falta de pagamento.

QUESTÃO 97

Com relação à duplicata descrita no texto, assinale a opção correta.

- A** A validade da obrigação de Josué, como avalista, depende da existência e da validade das obrigações de Mateus, Marcos e Lucas.
- B** A denominação duplicata não precisa estar expressa no título para que este valha como tal.
- C** Para que o aval de Josué seja eficaz, não é necessária autorização de Maria.
- D** Conforme a jurisprudência do STJ, mesmo sem aceite e desprovida de prova de entrega da mercadoria ou da prestação do serviço, a duplicata pode ser executada contra o sacador-endossante e seus garantes.

QUESTÃO 98

O plano de recuperação judicial para microempresas e para empresas de pequeno porte

- A** prevê o pagamento da primeira parcela das dívidas no prazo máximo de 30 dias, contados da distribuição do pedido de recuperação judicial.
- B** prevê parcelamento das dívidas em até 72 parcelas mensais, iguais e sucessivas, corrigidas monetariamente e acrescidas de juros de 6% a.a.
- C** abrange toda e qualquer sorte de crédito.
- D** estabelece a necessidade de autorização do juiz, após ouvidos o administrador judicial e o comitê de credores, para o devedor aumentar despesas ou contratar empregados.

QUESTÃO 99

Com relação ao capital das companhias, assinale a opção correta.

- A** O valor do capital social, expresso em moeda nacional ou estrangeira, é fixado pelo estatuto da companhia.
- B** Pode ser formado com contribuições em dinheiro, em serviços ou em qualquer espécie de bens suscetíveis de avaliação em dinheiro.
- C** Quando a entrada consistir em crédito, o subscritor ou o acionista responderá pela solvência do devedor.
- D** Em regra, apenas os acionistas titulares de ações ordinárias têm direito de preferência na hipótese de aumento do capital.

QUESTÃO 100

Acerca da sociedade em comum, assinale a opção correta.

- A** Os bens e as dívidas da sociedade em comum constituem patrimônio especial, administrado e titularizado pelo sócio administrador.
- B** Todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, excluído do benefício de ordem aquele que contratou pela sociedade.
- C** O regime da sociedade em comum aplica-se também às sociedades por ações em organização.
- D** A sociedade em comum é uma espécie societária personificada.

CEspeUnB

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA